

Londrina Iluminação S.A.

**Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do
Auditor Independente**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

SUMÁRIO

	Página
Relatório do Auditor Independente.....	03
Balanço Patrimonial	06
Demonstração do Resultado do Período	07
Demonstração do Resultado Abrangente	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	09
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Demonstração dos Valores Adicionados	11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	12

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Londrina Iluminação S.A.
Londrina-PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Londrina Iluminação S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Londrina Iluminação S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Equivalência Patrimonial

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 - Investimentos, a Companhia possui investimento na Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. Em razão da investida apresentar patrimônio líquido negativo nos últimos anos, o valor do investimento foi reduzido a zero. Embora no exercício de 2023 referida investida tenha apresentado patrimônio líquido positivo no valor de R\$ 567 mil, esse patrimônio líquido somente ocorreu devido ao recebimento em doação, do imóvel sede da empresa, avaliado em R\$ 15.647 mil. Em razão de que não havia, naquela época, expectativa de geração de resultados positivos para recuperação do investimento realizado, a Companhia optou por não reconhecer contabilmente o resultado da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. encerrou o exercício com patrimônio líquido positivo no valor de R\$ 2.712 mil, em decorrência, exclusivamente, de aportes realizados pela Prefeitura Municipal de Londrina, no montante de R\$ 2.862 mil. Considerando que o resultado do exercício de 2024 gerado pela investida foi negativo em R\$ 722 mil e que o saldo positivo do patrimônio líquido resulta, integralmente, dos aportes efetuados pela Prefeitura, em 31 de dezembro de 2024 não houve o reconhecimento de equivalência patrimonial na Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Incidente de Segurança da Informação

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22 – Fatos Relevantes, item a – Incidente de Segurança da Informação, em dezembro de 2024, a investida Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. (CTD), responsável pela prestação de serviços de infraestrutura tecnológica à Londrina Iluminação S.A., incluindo a hospedagem e gestão dos arquivos e sistemas utilizados por todos os setores da Companhia, foi alvo de um ataque cibernético de grande porte. O incidente resultou na interrupção temporária de diversos sistemas, além da possível exposição de dados confidenciais. A Administração da CTD adotou medidas imediatas para mitigar os impactos do ataque, como a notificação tempestiva às autoridades competentes, a contratação de peritos externos para avaliação dos danos e recuperação dos dados, bem como o reforço dos mecanismos de segurança cibernética. Embora os efeitos do ataque ainda estejam em processo de avaliação, até a data de emissão deste relatório de auditoria, não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia em decorrência desse incidente. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá-PR, 23 de abril de 2025

BEZ Auditores Independentes Ltda.
CRC PR 5.010/O-2



Valdemir Bez
Contador

CRC PR 037.262/O-2

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	333	4.693	Fornecedores	11	1.665	9.253
Contas a receber de clientes	6	2.475	2.299	Obrigações sociais	12	963	1.002
Bancos Contas Vinculadas	7	729	-	Obrigações tributárias	13	175	156
Estoques	8	9.306	15.249	Dividendos a pagar	14	-	638
Impostos a recuperar		646	63	Outras obrigações		15	6
Outros créditos		24	37				
Despesas do exercício seguinte		21	17	Total do passivo circulante		2.818	12.055
Total do ativo circulante		13.534	22.358	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Obrigações sociais		-	-
Investimentos	9	-	-	Obrigações tributárias		-	-
Imobilizado	10	434	44	Subvenções e Benefícios a Apropriar	7	1969	-
Intangível	10	1.617	7	Total do passivo não circulante		1.969	-
Total do ativo não circulante		2.051	451	Patrimônio líquido			
				Capital social	15	5.422	5.422
				Reserva legal		690	690
				Reserva de lucros		4.642	4.642
				Resultado do Exercício		44	-
				Total do patrimônio líquido		10.798	10.754
Total do ativo		15.585	22.809	Total do passivo e patrimônio líquido		15.585	22.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta		37.561	35.697
Deduções da Receita Bruta		<u>(2.508)</u>	<u>(2.402)</u>
Receita Líquida	16	35.053	33.295
Custos dos Serviços Prestados	17.1	<u>(29.465)</u>	<u>(25.287)</u>
Lucro Bruto		<u>5.588</u>	<u>8.009</u>
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	17.2	(5.816)	(4.509)
Outras Receitas/(Despesas)	17.3	7	(164)
Resultado da Equivalência Patrimonial		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado Operacional		(221)	3.336
Despesas Financeiras		(28)	(2)
Receitas Financeiras		<u>339</u>	<u>554</u>
Resultado Financeiro	18	<u>311</u>	<u>552</u>
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		90	3.888
Provisão para IRPJ	13	(22)	(949)
Provisão para CSLL	13	<u>(24)</u>	<u>(357)</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		<u>44</u>	<u>2.583</u>
Lucro (Prejuízo) por Lote de 1.000 Ações		<u>0,01</u>	<u>0,48</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	44	2.583
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente no período	<u>44</u>	<u>2.583</u>
Lucro (Prejuízo) por ações (Lote de 1.000 ações)	<u>0,01</u>	<u>0,48</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Reserva de Lucros			Resultado do Exercício	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	4.387	561	4.862	-	9.809
Aumento de Capital	1.036	-	(1.036)	-	-
Resultado do Período				2.583	2.583
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	129	-	(129)	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	-	(1.638)	(1.638)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	816	(816)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	5.422	690	4.642	-	10.754
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Resultado do Período	-	-	-	44	44
Destinação do Prejuízo:					
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	5.422	690	4.642	44	10.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Atividade operacional		
Lucro líquido do exercício	44	2.583
Depreciação e amortização	158	157
Baixas do ativo imobilizado	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Ganho por compra vantajosa	-	-
	<hr/>	<hr/>
Resultado ajustado	202	2.740
Variação em:		
Clientes	(176)	(1.641)
Estoques	5.943	(4.531)
Impostos a recuperar	(583)	(44)
Outros créditos	13	(16)
Despesas do exercício seguinte	(4)	(1)
Fornecedores	(7.587)	2.261
Obrigações sociais	(39)	81
Obrigações tributárias	19	4
Outras obrigações	9	(6)
	<hr/>	<hr/>
Caixa Consumido das atividades operacionais	(2.204)	(1.154)
Atividades de investimento		
Aquisições no Imobilizado	(147)	(132)
Alienação de Imobilizado	-	-
Receita a apropriar (P&D)	1.969	-
Banco conta vinculada	(729)	-
Aquisições de investimentos (P&D)	(1.611)	-
	<hr/>	<hr/>
Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimento	(518)	(132)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(1.638)	-
	<hr/>	<hr/>
Fluxo de caixa consumido pela atividade de financiamento	(1.638)	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(4.360)	(1.286)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.693	5.979
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	333	4.693
	<hr/>	<hr/>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(4.360)	(1.286)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas	37.568	35.708
Vendas de serviços	37.561	35.697
Outras receitas	7	11
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	26.214	22.216
Materiais aplicados na prestação de serviço	20.515	18.411
Custos dos serviços prestados	3.742	2.055
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.921	1.750
Perdas ou Recuperação de Valores Ativos	36	-
Valor adicionado bruto	11.354	13.492
Depreciação e Amortização	159	157
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	11.195	13.335
Valor adicionado recebido em transferência	339	554
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Receitas financeiras	339	554
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	11.534	13.888
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11.534	13.888
Pessoal	7.241	6.182
Remuneração direta	5.237	4.385
Benefícios	1.586	1.464
FGTS	418	333
Impostos, taxas e contribuições	4.182	5.121
Federais	3.464	4.446
Estaduais	16	15
Municipais	702	660
Remuneração de capitais de terceiros	67	2
Juros	28	2
Indenizações pagas a terceiros	39	-
Remuneração de capitais próprios	44	2.583
Dividendos	-	1.638
Lucros (Prejuízos) retidos	44	945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Londrina Iluminação S.A. (“Companhia” ou “Sociedade”) é uma sociedade de economia mista de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2014, sob CNPJ 21.514.376/0001-94, tendo como objeto social:

- a) operar, manter e expandir sistema de iluminação pública, compreendendo iluminação urbana e ornamental, incluindo decorações ornamentais em datas comemorativas;
- b) planejar, implantar, executar, recuperar e melhorar os sistemas municipais de iluminação pública;
- c) montar, reparar e instalar sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização, inclusive semáforos, em vias públicas, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;
- d) oferecer soluções integradas de iluminação pública, utilizando-se das Tecnologias de Informação e Telecomunicações;
- e) comercializar equipamentos relacionados ao objeto social;
- f) prover operação, planejamento e gerenciamento de serviço técnico, administrativos, financeiros, comerciais e correlatos com o objeto da Sociedade;
- g) participar de SPE – Sociedade de Propósito Específico com natureza de empresa limitada ou sociedade anônima com um objetivo específico;
- h) participar de sociedades, empresas, consórcios e afins, correlatas ao seu objeto social, preferencialmente como majoritária, sempre integrando o bloco de controle, garantindo direito de veto nas matérias de relevância econômica, administrativa e operacional;
- i) prestar serviços administrativos, financeiros e outros que sejam necessários ao regular desenvolvimento empresarial de suas subsidiárias, controladas e/ou coligadas, que direta ou indiretamente possuam participação social da Sociedade, podendo para tanto firmar contratos de gestão e/ou outros instrumentos normativos com os mesmos;
- j) realizar serviços de podas e retirada de árvores de toda a cidade de Londrina, bem como de seus distritos, a fim de potencializar e assegurar a eficiência do sistema de iluminação pública.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os aspectos estabelecidos nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua (a moeda funcional) e apresentadas em R\$ (reais), a moeda funcional da Sociedade.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração da Sociedade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 07** – Estoques;
- **Nota 09** - Imobilizado (vida útil e valor residual);
- **Nota 19** – Contingências;
- **Nota 18** - Instrumentos financeiros.

3. Determinação do valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis da Sociedade podem exigir a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos, caso tenha sido necessário apurá-los, para propósitos de mensuração e/ou divulgação, foram baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados, quando aplicável, pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

4. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

4.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do

ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expira.

A Sociedade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

4.3. Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

4.4. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Sociedade irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Eventualmente alguns ativos podem passar por revisão da sua vida útil.

As vidas úteis estão mencionadas abaixo, exceto pelas benfeitorias em propriedades de terceiros, em que a amortização é realizada de acordo com os contratos de aluguel celebrados:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Equipamentos eletrônicos	05 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramentas e acessórios	05 anos
Instalações	10 anos

4.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre pagamentos em atraso e despesas bancárias. Também são reconhecidos os juros e multas incorridos sobre itens do passivo, ainda que não liquidados, para permitir que os valores expressem de forma fidedigna a situação na data do encerramento das demonstrações.

4.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, e apenas se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.7. Imposto de renda e contribuição social

Sociedade é tributada pelo lucro real, sendo o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e contas bancárias	21	11
Aplicações financeiras de liquidez imediata	312	4.681
Total	333	4.693

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário – CDB ou Fundos de Investimentos lastreados em títulos públicos, junto à Caixa Econômica Federal, remuneradas com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

6. Contas a receber de clientes

Referem-se a prestação de serviços executados, a serem recebidos nos próximos meses. Em 31 de dezembro de 2024 o valor a receber dos clientes totalizava R\$ 2.475. Em 31 de dezembro de 2023 o total era de R\$ 2.299.

7. Créditos Vinculados

A Companhia foi contemplada através da Seleção Pública MCTI/FINEP/FNDCT Subvenção Econômica à Inovação 06/2022 com o valor de até R\$ 5.869 para o desenvolvimento do projeto “Sistema de Telegestão de Iluminação Pública Inteligente”. Os recursos, a fundo perdido, são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, administrado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e serão repassados em quatro parcelas à Londrina Iluminação, tendo sido recebida a primeira no trimestre. A contrapartida da Londrina Iluminação será de até R\$ 2.410. Ao final do projeto espera-se que a Sociedade possua sua própria tecnologia (hardware e software) de telegestão da iluminação pública, devidamente patenteada e em funcionamento no parque de iluminação. Os valores recebidos foram alocados inicialmente no ativo circulante e não são considerados caixa e equivalentes de caixa, por possuírem destinação vinculada. A contrapartida, a princípio, deu-se no passivo não circulante, pois não espera-se o reconhecimento de receitas com a subvenção no curto prazo. As receitas serão reconhecidas nos termos do CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais ao longo ou ao final do projeto e são isentas de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. No trimestre não foram reconhecidas receitas ou despesas vinculadas à subvenção. Os desembolsos realizados no trimestre destinam-se ao desenvolvimento de hardware e estão reconhecidos como Pesquisa e Desenvolvimento no Intangível.

8. Estoques

Referem-se a itens destinados à manutenção, melhorias, modernização e novas obras de implantação na rede de iluminação na cidade de Londrina, no montante de R\$ 9.306 em 31 de dezembro de 2023, dos quais R\$ 3.091 referem-se a serviços em execução (serviços em andamento). Comparativamente, o saldo do estoque em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 15.429. A diminuição substancial decorre da aplicação do projeto de modernização da iluminação pública com luminárias de LED no município ao longo de 2024, resultando na redução da necessidade de aquisição e manutenção de itens em estoque.

9. Investimentos

A participação na investida, Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. é registrada na contabilidade pelo método de equivalência patrimonial. Ao longo do ano de 2024, assim como nos últimos anos, o Patrimônio Líquido da investida encontrava-se negativo. Dessa forma, conforme disposto no CPC 18 – Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, não sendo reconhecido na data do encerramento das demonstrações contábeis obrigações legais ou pagamentos em nome da investida, o valor do investimento foi reduzido a zero, sem o reconhecimento, até o momento, de um passivo referente à participação.

a) Participação Acionária:

Em 31 de dezembro de 2023 a investida encerrou o exercício com patrimônio positivo, devido ao recebimento em doação do imóvel sede da empresa, avaliado em R\$ 15.647. Tal doação decorreu de projeto de lei de autoria do executivo municipal, acionista controlador da investida. Entretanto, com os sucessivos prejuízos

alcançados pela investida (sem o reconhecimento da doação o prejuízo seria de R\$ 9.891 no exercício 2023), não esperando a Companhia ser possível, no momento, recuperar valores sobre o investimento realizado, não foi reconhecida a equivalência patrimonial. Destaca-se que, realizado o reconhecimento, ele seria reduzido a zero após teste de recuperabilidade, em atendimento ao CPC 18. Logo, seria nulo, tanto em termos contábeis quanto em fiscais, o reconhecimento da equivalência patrimonial. Caso a investida venha a apresentar lucro ao longo do exercício a situação poderá vir a ser reavaliada ou realizado o *impairment test*.

Embora a investida tenha encerrado o exercício de 2024 com um patrimônio líquido positivo de R\$ 2.712, esse valor decorre exclusivamente do reconhecimento de R\$ 2.862 de aportes realizados unilateralmente pela Prefeitura Municipal de Londrina, uma vez que a Companhia encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 722. Dado que o saldo positivo do patrimônio líquido resulta integralmente dos aportes efetuados pela Prefeitura, não foi reconhecida equivalência patrimonial no investimento da Londrina Iluminação em 31 de dezembro de 2024.

**Companhia de Tecnologia e
Desenvolvimento S.A.**

(a) Participação no capital 31/12/2024	
% Participação	30,68%
Quantidade total de quotas:	49.875 quotas
Quantidade de quotas possuídas:	15.304 quotas
(b) Informação da controlada 31/12/2024	
Capital social	49.875 quotas
Patrimônio líquido	2.712
Resultado do exercício	(722)

b) Informações da investida:

	<u>País</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Prejuízo no Exercício</u>
Em 31 de Dezembro de 2024					
Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.	Brasil	20.263	17.551	2.712	(722)
		20.263	17.551	2.712	(722)

10. Imobilizado e Intangível

Imobilizado e Intangível	Taxa anual de depreciação (%)	31/12/2024			31/12/2023
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	121	(45)	76	56
Equipamentos de informática	20	373	(293)	80	104

Equipamentos eletrônicos	20	53	(46)	7	8
Veículos	20	2.119	(2.099)	20	75
Móveis e utensílios	10	224	(94)	130	114
Ferramentas e acessórios	20	106	(34)	72	41
Instalações	10	46	(13)	33	39
Benfeitorias em Propriedades	*	34	(18)	16	7
Softwares	20	44	(38)	6	7
P&D	*	1.611	-	1.611	0
Total		4.731	(2.681)	2.051	451

a) Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários.

b) Benfeitorias em Propriedades de Terceiros

A amortização de Benfeitorias em Propriedades de Terceiros é reconhecida conforme contratos de locação e suas cláusulas, em especial possíveis reembolsos dos investimentos.

c) Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração realizou a verificação do valor recuperável do imobilizado e intangível, não identificando indicadores de que o ativo imobilizado deveria ter seu valor reduzido por *impairment*. Foram conduzidas análises sobre alguns itens do ativo imobilizado escolhidos considerando critérios como o valor contábil, relevância e data da aquisição. Os itens selecionados foram catalogados e analisados individualmente conforme fontes internas e externas de informação definidas no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tais itens não apresentaram indicadores positivos, dessa forma dispensou-se a realização do *impairment test*. No exercício 2024, não sendo verificadas alterações nas variáveis apresentadas no estudo anterior, também foi dispensada a realização do *impairment test*.

d) Movimentação do imobilizado

Eventuais baixas realizadas referem-se exclusivamente a itens que durante a análise e verificação periódica do imobilizado foram considerados inservíveis, ou ainda, que não apresentaram mais as características necessárias para que se mantivessem como ativo imobilizado.

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2024</u>
Máquinas e equipamentos	56	30	-	-	(10)	76
Equipamentos de informática	104	13	(3)	-	(34)	80
Equipamentos eletrônicos	8	5	-	-	(6)	7
Veículos	75	0	-	-	(55)	20
Móveis e utensílios	114	36	(1)	-	(19)	130
Ferramentas e acessórios	41	39	-	-	(8)	72
Instalações	39	0	-	-	(5)	33
Benfeitorias em Propriedades	7	19	-	-	(9)	16

Softwares	7	8	-	-	(9)	6
P&D	-	1.611	-	-	-	1.611
Total	451	1.759	(4)	-	(155)	2.051

11. Fornecedores

Referem-se a valores a pagar para fornecedores de materiais e serviços, no montante de R\$ 1.665 e R\$ 9.253, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente. Os valores variam conforme o andamento das obras realizadas pela Sociedade e homologação das licitações e vigência dos contratos. Aquisições de grande vulto normalmente são parceladas de forma a diminuir o impacto no fluxo de caixa. A diminuição observada de um ano para o outro está diretamente relacionado à diminuição nos estoques.

12. Obrigações sociais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
INSS a recolher	117	101
FGTS a recolher	46	42
Outras obrigações com pessoal	79	238
Parcelamento Previdenciário	-	-
Provisão para férias e encargos	720	620
Provisão para 13º salário e encargos	-	-
Total	963	1.002

13. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS a recolher	28	26
COFINS a recolher	130	121
Imposto de renda a recolher	1	1
Contribuição social a recolher	-	1
PIS, COFINS e CSLL retidos	2	2
ISS a recolher	13	3
INSS a recolher - retenção na fonte NF	1	2
Parcelamentos tributos federais	-	-
Total	175	156

a) Apuração de imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro (Prejuízo) contábil antes do IRPJ e da CSLL	90	3.888	90	3.888
(+) Adições	133	74	133	74
(-) Exclusões	(3)	-	-	-

(-) Compensação Prejuízo	-	-	-	-
Base de Cálculo dos Tributos	220	3.962	220	3.962
. Alíquotas	15%	15%	9%	9%
Total	(33)	(594)	(20)	(357)
. Adicional do IRPJ (10%)	2	(372)	-	-
. (-) Deduções	9	18	(4)	-
IRPJ e CSLL no Exercício	(22)	(949)	(24)	(357)
IR e CSLL Diferidos	-	-	-	-
Alíquota efetiva IRPJ e CSLL a Pagar	10%	24%	11%	9%

14. Partes relacionadas

As transações realizadas com a controladora, Prefeitura do Município de Londrina, a acionista minoritária Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU – LD, e com a investida, Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., são apresentadas na sequência, conforme saldo no ativo e passivo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a Receber - Município de Londrina	784	383
Contas a Receber - Instituto de Desenvolvimento de Londrina	1.691	1.916
Total	2.475	2.299

As transações com partes relacionadas geraram os seguintes reflexos no resultado, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Município de Londrina	35.807	33.728
Instituto de Desenvolvimento de Londrina	1.755	1.969
Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.	(671)	(583)
Total	36.891	35.114

As transações realizadas junto ao Município de Londrina, destacadas na presente Nota Explicativa, referem-se aos serviços de Manutenção da Iluminação Pública no Município e Distritos e Modernização da Iluminação Pública (instalação e substituição de luminárias em Led). As despesas contratadas junto à Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. (investida), referem-se ao atendimento dos chamados de manutenção da iluminação pública realizados pelos munícipes (Call Center) e a serviços de caráter administrativo, incluindo aí as despesas decorrentes do compartilhamento de infraestrutura.

As operações mercantis com partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as respectivas partes. Essas operações, devido às suas características específicas, embora tenham seu valor de mercado avaliadas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas.

Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla os honorários concedidos a diretores (incluindo encargos e provisões para férias e décimo terceiro salário) e conselheiros. Tais valores totalizaram em 31 de dezembro de 2024 R\$ 1.361, incluindo encargos (R\$ 1.051 em 2023), e encontram-se registrados nas rubricas despesas administrativas.

15. Patrimônio líquido

a) Integralização da Reserva de Lucros Distribuir

Em 31 de Dezembro de 2024 o Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 5.422 representados por 5.422 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A distribuição das ações do Capital Social subscrito está assim representada:

	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>Participação</u>
Município de Londrina	4.964	91,54%
Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização	459	8,46%
Total	5.422	100%

b) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Referente ao exercício foram reservados R\$ 129.

c) Distribuição de dividendos

A Sociedade distribui, em cada exercício social, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nele apurado, obedecidas as disposições da Lei nº 6.404 de 1976 e o seu Estatuto Social. Nos termos da legislação e do estatuto, poderá a Companhia também realizar a distribuição de Juros Sobre Capital Próprio. Especificamente em relação ao exercício de 2024, foi proposta pela Diretoria Executiva a retenção de todo o lucro do exercício, com integralização na reserva legal, conforme hipótese prevista no art. 193 da Lei 6.404/1976. A proposta de destinação do lucro, bem como as justificativas que a acompanham, foram disponibilizadas junto da convocação para a Assembleia Geral Ordinária.

d) Reserva de lucros

Nos termos dos arts. 193 e 197 da Lei nº 6.404/1976, a Administração da Companhia propõe a destinação do saldo do lucro do exercício à constituição de reserva legal. Sendo apresentado prejuízo em exercícios futuros, os valores da reserva poderão ser utilizados para compensação, conforme legislação societária vigente. Em relação ao exercício de 2024, a Sociedade integralizou a totalidade do lucro na reserva legal.

16. Receita Líquida

A Companhia apresentou no primeiro semestre uma aceleração no ritmo das obras de Modernização da Iluminação Pública, e, conseqüentemente, um aumento da receita operacional. No ano anterior os contratos de Modernização passavam por um período de transição, causando assim a redução da receita.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita Bruta com serviços prestados	37.561	35.697
(-) Deduções		
PIS	(322)	(311)
COFINS	(1.487)	(1.433)
ISS	(699)	(658)
Total da Receita Líquida	35.053	33.295

17. Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

17.1. Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal e encargos	5.150	4.798
Cooperação técnica	-	-
Software	137	189
Material aplicado	20.503	18.392
Call center	392	383
Consumo de combustível	129	157
Manutenção da frota	327	222
Outros serviços de terceiros PJ	1.586	288
Outros custos	1.128	740
Depreciação e amortização	114	117
Total	29.466	25.287

17.2. Despesa gerais e administrativas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal e encargos	3.721	2.642
Aluguel	539	541
Consultoria em software	71	63
Conselho fiscal	405	359
Suporte corporativo	279	261
Cooperação técnica	-	-
Outros serviços de terceiros PJ	78	37
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Concurso Público	-	178
Outras despesas	644	338
Depreciação e amortização	43	36
Despesas tributárias	36	54
Total	5.816	4.509

17.3. Outras despesas e receitas operacionais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Baixa de Imobilizado	-	-
Resultado negativo da equivalência patrimonial	-	-
Participação nos Lucros e Resultados	-	(175)
Total das outras despesas operacionais	-	(175)
Resultado positivo da equivalência patrimonial	-	-
Ganho por compra vantajosa em investimentos	-	-
Outras receitas operacionais	7	11
Total das outras receitas operacionais	7	11
Resultado das outras receitas (despesas) operacionais	7	(164)

18. Resultado financeiro

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Juros, multas e descontos financeiros pagos	(1)	(1)
Despesas bancárias e IOF	(27)	(1)
Juros sobre Capital Próprio	-	-
Total das despesas financeiras	(28)	(2)
Rendimentos de aplicações financeiras	336	541
Multa contratual	2	9
Juros ativos e descontos recebidos	2	4
Total das receitas financeiras	339	554
Resultado financeiro líquido	311	552

19. Instrumentos financeiros

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro abaixo.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	333	4.693
Contas a receber - Partes Relacionadas	2.475	2.299
Outros créditos	24	37
Passivo		
Fornecedores e outras contas a pagar	(1.665)	(9.253)
Partes relacionadas	-	(1.638)
Outras obrigações	(15)	(6)
Total	1.152	(3.868)

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores: Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas e ajustadas a valor presente;

Adiantamentos a fornecedores/ Outras contas a receber/outras contas a pagar: Decorrem de adiantamentos realizados/recebidos e demais saldos ligados diretamente às operações da Companhia.

Créditos com acionistas controladores e coligados: Referem-se a saldos de empréstimos a receber/pagar aos sócios da Companhia.

Empréstimos e financiamentos: Contratações realizadas com instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Gerenciamento de risco financeiro

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado.

A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento destes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em honrar com as obrigações associadas com seus passivos financeiros a serem liquidados com pagamentos à vista, outros empréstimos, ou monetização de outros ativos.

Risco de mercado

Risco decorrente da possibilidade de oscilações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

20. Contingências

A Sociedade, juntamente com suas partes relacionadas, integra o polo passivo em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão para contingências passivas, já que não foram identificados processos judiciais em que seja provável a formação de um passivo.

Em 31 de dezembro de 2024, existiam duas ações tramitando na esfera trabalhista cujo prognóstico dos assessores jurídicos indica possibilidade de perda provável, totalizando R\$ 82.948,85.

Embora os processos estejam classificados como de risco provável quanto ao desfecho da ação principal, a Londrina Iluminação S.A. figura como responsável solidária, ou seja, apenas será acionada para o pagamento em caso de inadimplemento por parte das reais responsáveis, o que é considerado improvável pela Administração.

Adicionalmente, a Companhia, com base em parecer dos assessores jurídicos da Empresa, divulga as ações com possibilidade possível de perda, as quais somam o montante de R\$ 436 (R\$ 543 em 2023) divididas conforme abaixo. A diminuição nos valores está diretamente relacionada a processos trabalhistas movidos por empregados da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., onde a Londrina Iluminação também figura no polo passivo.

Dessa forma, não houve reconhecimento contábil das referidas ações nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024, sendo os valores apenas divulgados nesta nota explicativa, conforme os critérios do CPC 25.

Prognóstico (Possível)

Ações de Cunho Cível	12
Ações Trabalhistas	424
Total	436

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composta conforme apresentado a seguir:

Limite máximo indenização - R\$ Mil

Riscos cobertos	
Veículos	-
Seguro de Responsabilidade Civil	10.000
Imóveis/Estoque	10.290
Total	20.290

22. Fatos relevantes

a) Incidente de Segurança da Informação

Informamos que a CTD – Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. mantém um contrato corporativo com a Londrina Iluminação S.A., por meio do qual presta serviços relacionados à infraestrutura tecnológica, incluindo a hospedagem e gestão dos arquivos e sistemas utilizados por todos os setores da Companhia.

Dessa forma, o incidente de segurança da informação ocorrido na CTD, em dezembro de 2024, impactou diretamente as atividades da Londrina Iluminação, uma vez que toda a estrutura de rede e os arquivos corporativos da empresa estão integrados à infraestrutura mantida pela CTD. Isso ocasionou a indisponibilidade temporária de arquivos e sistemas essenciais ao funcionamento de diversos setores, incluindo contabilidade, recursos humanos, financeiro, jurídico, engenharia, entre outros.

O trecho abaixo detalha as ações adotadas pela CTD frente ao ocorrido:

“Em dezembro de 2024, a Companhia foi alvo de um incidente de segurança de informação, por meio de um malware (software malicioso), o que ocasionou a indisponibilidade temporária de diversos serviços da infraestrutura tecnológica da CTD, tal como o sistema informatizado de contabilidade.

Como medida de mitigação para o incidente, que gerou a dificuldade de operacionalização de alguns serviços, a CTD realizou a contratação, em caráter emergencial, de serviços especializados para restabelecimento do servidor e para recuperação de arquivos criptografados. Ao mesmo tempo, comunicou tempestivamente às entidades necessárias, tais como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

Essas medidas resultaram em grande êxito, possibilitando a restauração da maior parte dos dados da rede, assim como a melhoria nas configurações de segurança para acesso aos servidores da Companhia, garantindo a continuidade das operações, com maior confiabilidade.”

Reforçamos que, embora o incidente não tenha se originado na estrutura interna da Londrina Iluminação, os impactos foram diretamente sentidos pela Companhia, tendo em vista a dependência da infraestrutura tecnológica fornecida pela CTD. As medidas de correção e mitigação adotadas contribuíram para a normalização gradativa dos serviços e o restabelecimento da rotina operacional da empresa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Fortunato David
Presidente

Florindo Dalberto
Membro

Oscar Alberto Bordin
Membro

Leandro Silva da Rosa
Membro

Fabian Bordon Trelha
Membro

Luiz Antônio Barbara
Membro

Margareth de Almeida Pongelupe
Membro

CONSELHO FISCAL

Marta Graciana Parolin Biatto

Marcos José de Lima Urbaneja

Luciana Viçoso de Oliveira

DIRETORIA

Cláudio Sérgio Tedeschi
Diretor Presidente

Cristiane Regina de Camargo Hasegawa
Diretora Administrativo Financeira

Alexander Farias Fermino
Diretor de Operações

CONTADOR

Daniele Aparecida dos Santos
CRC PR 070583/O-1